



GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

ESTATUTOS

(De acordo com as alterações aprovadas pela Assembleia Geral nas reuniões de 13 de março de 2007, de 12 de agosto de 2008, de 14 de abril de 2009, de 23 dezembro de 2013 e de 14 de agosto 2015)

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Duração e Objeto

Artigo Primeiro

A sociedade que é constituída por tempo indeterminado e sob a forma de sociedade anónima, adopta a denominação **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A.**, e na forma abreviada **GLOBALEDA, S. A.**, e tem sede na Rua Engenheiro José Cordeiro, n.º 6, freguesia de S. Pedro, concelho de Ponta Delgada.

Artigo Segundo

Por simples deliberação do seu Conselho de Administração, a sociedade poderá transferir a sua sede para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou concelhos limítrofes, bem como criar ou extinguir sucursais, filiais, agências, delegações ou simples escritórios de representação permanente em território nacional ou no estrangeiro.

Artigo Terceiro

1. A Sociedade tem por objeto o estudo, a conceção, a implementação e o acompanhamento de projetos nas áreas das telecomunicações, dos sistemas e tecnologias de informação, da comunicação e imagem, bem como o fornecimento de bens e serviços, designadamente de consultoria nestas áreas e, ainda, a indústria e comércio de bens e tecnologias militares.
2. Compreendem-se no objeto social, entre outras, as seguintes atividades, bem como as atividades acessórias, conexas ou complementares destas ou das indicadas em 1:
 - a) Serviços de telecomunicações, designadamente com e sem fio e por satélite;
 - b) Serviços de outsourcing de sistemas de informação, consultoria informática e de produção de software;
 - c) Serviços de atualização, manutenção e alojamento de base de dados;
 - d) Design, produção e edição de sites e de conteúdos e imagem em formato digital para impressão ou alojamento em plataforma, designadamente WEB ou outros suportes;
 - e) Comércio por grosso e a retalho de equipamentos informáticos, de telecomunicações e de equipamentos audiovisuais e os respetivos serviços de reparação e assistência técnica;
3. A sociedade poderá associar-se com outras pessoas jurídicas, para, nomeadamente, constituir sociedades, agrupamentos complementares de empresas, consórcios e associações em participação, bem como adquirir e alienar livremente participações no

capital de outras sociedades, ainda que reguladas por leis especiais, mesmo que o objeto de uma e outras não apresente nenhuma relação direta ou indireta, com o seu próprio objeto social.

CAPÍTULO II

Capital Social, Ações e Obrigações

Artigo Quarto

O capital social é de trezentos mil euros, representado por cento e quarenta mil ações, com o valor nominal de cinco euros cada uma, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Artigo Quinto

1. As ações são obrigatoriamente nominativas e serão representadas por títulos de uma, dez, cinquenta, cem, mil e múltiplos de mil ações.
2. As ações podem revestir a forma escritural.
3. Os títulos serão assinados por dois administradores, podendo as respectivas assinaturas ser de chancela, por eles autorizada, autenticada com o selo branco da sociedade.
4. Os encargos emergentes de quaisquer averbamentos, conversões, substituições, divisões ou concentrações dos títulos serão suportados pelos acionistas que requeiram tais operações.

Artigo Sexto

1. A sociedade poderá, nos termos e limites da lei, adquirir e alienar ações próprias, bem como realizar sobre elas quaisquer operações em direito permitidas.
2. Igualmente nos termos da lei, obtidas as autorizações necessárias, poderá a sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, emitir e adquirir obrigações próprias, bem como realizar sobre elas quaisquer operações em direito permitidas.
3. A sociedade poderá emitir nos termos e condições aprovados em Assembleia Geral todas as espécies de ações, incluindo ações preferenciais sem voto e ações preferenciais remíveis, observados os preceitos e limites legais.
4. Os acionistas têm direito de preferência nos aumentos de capital, na proporção das ações que possuírem, sem prejuízo dos montantes reservados pela Assembleia Geral a subscrição pública, bem como na transmissão de ações.
5. O direito de preferência na transmissão de ações a que se refere o número anterior fica sujeito às condições previstas na lei civil e deverá ser exercido no prazo de trinta dias a contar da comunicação do projeto de venda.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Sociais

SECÇÃO I

Disposições Comuns

Artigo Sétimo

1. A sociedade tem por órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.
2. Os membros dos órgãos sociais exercem as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reconduzidos para novos mandatos.
3. Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem em exercício até à eleição de quem deva substituí-los, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à renúncia, impedimento, temporário ou definitivo, no decurso do mandato.
4. Os membros dos órgãos sociais podem ser dispensados de caução por deliberação da Assembleia Geral, sem prejuízo de o ficarem desde já os que vão exercer o primeiro mandato.

SECÇÃO II

Assembleia Geral

Artigo Oitavo

1. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo de exclusiva competência sobre as matérias que lhe são especialmente atribuídas pela lei e pelo contrato e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade ou, estando, deliberem a pedido deles.
2. A participação nas Assembleias Gerais é regulada pelas disposições destes Estatutos e supletivamente pelo disposto no artigo 379.º do Código das Sociedades Comerciais.
3. Os membros dos corpos sociais presentes nas reuniões da Assembleia Geral que não disponham de direito de voto poderão, ainda assim, intervir nos trabalhos, apresentar propostas e participar nos seus debates, quando autorizados pelo presidente da mesa, salvo se a Assembleia Geral revogar essa autorização.

Artigo Nono

1. Terão direito a voto os acionistas que, até cinco dias antes da reunião, tenham as ações

depositadas numa instituição de crédito, ou nos cofres da sociedade, ou averbadas em seu nome no livro de registo de ações.

2. A cada cem ações corresponde um voto.
3. Os acionistas sem direito de voto e os obrigacionistas não poderão assistir às reuniões da Assembleia Geral.
4. As representações serão comunicadas ao presidente da mesa por simples carta, que deverá dar entrada na sede da sociedade até à véspera do dia marcado para a reunião da Assembleia Geral.

Artigo Décimo

1. A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um ou dois Secretários, eleitos pela Assembleia Geral, os quais podem ser acionistas, ou não.
2. Compete ao presidente da mesa convocar as reuniões da Assembleia Geral e dirigir os seus trabalhos, bem como exercer as demais funções que lhe sejam conferidas pela lei ou por delegação da própria Assembleia.
3. Ao Secretário, ou Secretários, incumbe coadjuvar o Presidente em exercício e assegurar todo o expediente relativo à Assembleia.

Artigo Décimo Primeiro

1. Para além das matérias já referidas nos Estatutos e na lei, compete especialmente à Assembleia Geral:
 - a) Apreciar o relatório do Conselho de Administração, discutir e votar o balanço, as contas e o parecer fiscal e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
 - b) Eleger e destituir os membros dos órgãos sociais;
 - c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos;
 - d) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;
 - e) Autorizar, mediante parecer prévio da entidade responsável pela fiscalização da sociedade, a aquisição e alienação de imóveis e, bem assim, de investimentos, uns e outros quando de valor superior a vinte e cinco por cento do capital social; e
 - f) Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.
2. Não poderá ser exigida às acionistas, a realização por estas de quaisquer novas entradas, contribuições ou montantes, independentemente da respetiva natureza (nomeadamente, mas sem limitação, a título de subscrição de capital, empréstimos, suprimentos, prestações acessórias ou prestações suplementares), nas quais as acionistas ou o(s) administrador(es) por esta(s) indicado(s) não tenham consentido através de voto favorável.

Artigo Décimo Segundo

1. A Assembleia Geral deve reunir obrigatoriamente dentro dos primeiros três meses de cada ano e, ainda, a pedido do Conselho de Administração, do órgão de fiscalização ou de um ou mais acionistas que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 5% (cinco por cento) do capital social.
2. As reuniões da Assembleia Geral são convocadas com a antecedência e nos termos previstos na lei.

Artigo Décimo Terceiro

1. A Assembleia Geral só pode deliberar, em primeira convocação, quando estejam presentes ou representados acionistas que detenham, pelo menos, ações correspondentes a dois terços do capital social.
2. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes ou representados, sem prejuízo do disposto no número seguinte ou na lei.
3. Nos casos a que se referem as alíneas b) a e) do artigo décimo primeiro, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por dois terços dos votos emitidos, quer em primeira quer em segunda convocação, salvo se a lei exigir maioria superior ou unanimidade.

SECÇÃO III

Conselho de Administração

Artigo Décimo Quarto

1. A administração da sociedade incumbe a um Conselho de Administração, composto por um mínimo de três e um máximo de sete membros, conforme o deliberado na Assembleia Geral que proceda à respetiva eleição, e que podem ou não ser acionistas, devendo a Assembleia Geral designar ainda o respetivo Presidente.
2. Ao Presidente do Conselho de Administração eleito pela Assembleia Geral cabe voto de qualidade, em caso de empate nas deliberações.
3. A responsabilidade de cada um dos administradores será ou não caucionada, conforme for deliberado em Assembleia Geral.
4. Em caso de falta definitiva ou temporária de algum administrador, salvo a do Presidente do Conselho de Administração, a sua substituição far-se-á nos termos das alíneas b) e c) do número um do artigo trezentos e noventa e três do Código das Sociedades Comerciais.
5. A substituição do Presidente do Conselho de Administração é feita nos termos da alínea

- d) do referido preceito.
- 6. O Conselho de Administração poderá nomear procuradores para a sociedade, nos termos gerais de direito.

Artigo Décimo Quinto

O Conselho de Administração pode delegar num administrador-delegado a gestão corrente da sociedade, definindo em ata os limites da delegação.

Artigo Décimo Sexto

Ao Conselho de Administração competem os mais amplos poderes de representação e gestão da sociedade, nos limites do seu objeto social, nomeadamente:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outro órgão da sociedade;
- b) Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral;
- c) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- d) Adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis, dentro do limite fixado na alínea e) do n.º 2 do artigo décimo primeiro destes estatutos;
- e) Tomar e dar de arrendamento quaisquer prédios ou parte dos mesmos;
- f) Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- g) Contrair empréstimos e outras modalidades de financiamento e realizar operações de crédito que não sejam vedadas por lei;
- h) Propor aumentos de capital;
- i) Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- j) Elaborar o relatório anual da atividade, o balanço e contas, formulando a proposta de aplicação dos resultados de cada exercício a submeter à apreciação da Assembleia Geral;
- k) Delegar os poderes que entender e constituir mandatários da sociedade com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer.

Artigo Décimo Sétimo

- I. A sociedade fica legalmente obrigada:

- a) Pela assinatura de dois administradores;
 - b) Pela assinatura de um administrador, no âmbito de poderes delegados pelo próprio Conselho de Administração;
 - c) Pela assinatura de um administrador e de um mandatário, agindo nos termos e limites do respetivo mandato;
 - d) Pela assinatura de procuradores, quanto aos atos ou categorias de atos definidos nas correspondentes procurações.
2. Para os atos de mero expediente é suficiente a assinatura de um só administrador ou mandatário com poderes bastantes.

Artigo Décimo Oitavo

- 1. O Conselho de Administração reunirá com a periodicidade que ele próprio determinar e, além disso, sempre que for convocado pelo seu presidente ou por outros dois administradores.
- 2. Qualquer membro do Conselho poderá fazer-se representar numa reunião por outro administrador, mediante carta mandadeira, que será válida unicamente para essa reunião. -
- 3. O Conselho não poderá reunir nem tomar deliberações sem que esteja presente ou devidamente representada a maioria dos seus membros, sendo um deles, sempre, o presidente ou seu representante.

SECÇÃO IV

Fiscalização da Sociedade

Artigo Décimo Nono

A sociedade adota o regime de fiscal único para a sua fiscalização.

CAPÍTULO IV

Disposições Finais e Transitórias

Artigo Vigésimo

Os lucros sociais, excluída a parte destinada a constituir as reservas obrigatórias, terão o destino que lhes for dado por deliberação da Assembleia Geral, sem qualquer limitação que não seja a decorrente de disposição legal imperativa.

Artigo Vigésimo Primeiro

Em caso de liquidação da sociedade, e salvo deliberação em contrário, os administradores em

exercício, contra os quais não esteja em curso ou tenha sido deliberada a instauração de ação de responsabilidade, passarão a exercer as funções de liquidatários.

Artigo Vigésimo Segundo

O ano social coincide com o ano civil.